

PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Despacho n.º 12522/2013

Nos termos dos artigos 3.º, n.º 2, e 16.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 28-A/96, de 4 de abril, exonero, a seu pedido, do cargo de adjunta

da Casa Civil do Presidente da República a licenciada Maria Luísa Nogueira Santos da Cunha, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2013, nomeando-a, a partir dessa data, consultora da mesma Casa, fixando-lhe os abonos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 20.º do referido diploma em 95 % dos abonos de idêntica natureza estabelecidos para os assessores.

20 de setembro de 2013. — O Presidente da República, *Aníbal Cavaco Silva*.

207269308

PARTE B

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Despacho n.º 12523/2013

Nos termos do disposto no artigo 10.º, n.ºs 2 e 3 da Lei n.º 9/91, de 9 de abril, alterada pelas Leis n.ºs 30/96, de 14 de agosto, 52-A/2005, de 10 de outubro e 17/2013, de 18 de fevereiro, designo Adjunto do meu Gabinete o licenciado Ricardo de Jesus Rodrigues de Carvalho.

Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos na presente data.

18 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

Nota Curricular

Nome: Ricardo de Jesus Rodrigues de Carvalho
Nascido em Lisboa em 10/08/1975
Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa — 1993/1998;
Advogado, com inscrição suspensa por requerimento do próprio;
Curso de Especialização em Fiscalidade pelo ISCTE — 2002;

Responsável de produção e coordenador do projeto educativo da Exposição “Liberdade e Cidadania. Cem anos Portugueses”, no âmbito das comemorações oficiais do XXV aniversário do 25 de abril — 1999/2000;

Jurista do Projeto Nacional Lares criado no âmbito do Instituto de Segurança Social para a melhoria das condições físicas e técnicas dos lares que acolhem crianças e jovens — 2001;

Consultor jurídico da Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal de Família e Menores de Lisboa — 2001/2002;

Jurista do Núcleo de Contencioso e Apoio Judiciário do Centro Distrital de Segurança Social de Lisboa 2002/2003;

Jurista do Grupo de Coordenação CID — Plano de Auditoria Social, na área da prevenção de maus-tratos em crianças e jovens, idosos e pessoas com deficiência acolhidas em instituições — 2003/2005;

Secretário Executivo da Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco — 2005/2013;

Vogal da direção da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família — CrescerSer;

Membro do Conselho Europeu de Justiça Juvenil do “*International Juvenile Justice Observatory*”;

Autor de textos técnicos na área do direito da família e menores.
207271187

PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares

Despacho n.º 12524/2013

No uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do Despacho n.º 6990/2013, de 21 de maio de 2013, publicado

no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 104, de 30 de maio de 2013, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º da Lei-Quadro das Fundações, Lei 24/2012, de 9 de julho, e do n.º 2 do artigo 158.º do Código Civil e com os fundamentos constantes da informação DAJD/603/2013 que faz parte integrante do processo administrativo n.º 19/FUND/2012-SGPCM, reconheço a Fundação Joana Vasconcelos.

9 de setembro de 2013. — O Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, *Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes*.

207286618